

Instituto Unimed BH

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do déficit (superávit)	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do

Instituto Unimed BH

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Unimed BH (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Unimed BH em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos

controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Felipe Augusto Silva Fernandes
Contador CRC MG-091337/O-5 T-SP



656296 - 01 -
Quadros DFs Institu

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Unimed BH (doravante “Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 10 de abril de 2003, tendo prazo de duração indeterminado, com sede no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Instituto tem por finalidades a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; a promoção do voluntariado; a promoção da saúde e de programas complementares; a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; a defesa dos direitos da criança e do adolescente; a promoção e a defesa dos princípios de responsabilidade social. É vedada a distribuição, entre sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seus patrimônios auferidos mediante o exercício de suas atividades devendo tais excedentes serem aplicados integralmente na consecução dos respectivos objetivos sociais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

O Instituto está sujeito ainda à Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2002 - “Entidades sem finalidade de lucros”, aprovada pela Resolução nº 877/2000 e alterada pelas Resoluções nº 926/2001 e nº 966/2003 do Conselho Federal de Contabilidade, na qual são estabelecidos os critérios e procedimentos específicos da avaliação do registro das variações patrimoniais e da estrutura das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as entidades sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de abril de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas na nota explicativa 6, respectivamente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram apresentados em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Vida útil dos bens do imobilizado: estimativa da vida útil, do valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório. As movimentações deste grupo, estão sendo apresentadas no nota explicativa nº 10.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do superávit ou déficit

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os registros dos recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos são feitos de forma separada, valendo-se das restrições impostas pelos doadores externos ao Instituto, ou mesmo observando restrições impostas pelos órgãos diretivos do Instituto.

As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita. O resultado positivo não é destinado e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

As doações são realizadas em dinheiro, embora pudessem ser em equipamentos ou outro ativo qualquer ou também por meio de prestação de serviços. A doação pode ser condicional ou incondicional. Uma doação é classificada como condicional quando o doador impõe condição a ser cumprida pelo Instituto. Já a doação incondicional não está sujeita ao cumprimento de obrigações. A utilização dessa classificação consta do Plano de Contas do Instituto.

A NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros, estabelece que as doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receitas, enquanto as doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da Entidade, são contabilizadas no patrimônio social. Não houve contribuição patrimonial no exercício.

As despesas incorridas no período e não vinculadas aos projetos com contrato de parceria, são contabilizados diretamente no resultado do período, para fazer face às despesas administrativas, de pessoal e demais gastos do Instituto.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem receita de juros e despesa de juros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

De acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97 e o artigo 184 do Decreto 9580/18, estão isentas do imposto de renda e contribuição social as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Para fins tributários considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Para o gozo da isenção, a instituição está obrigada a atender aos seguintes requisitos:

- não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

(ii) PIS e COFINS

A Medida Provisória 2.158/01-35, em seu artigo 13, definiu que a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de um por cento, pelas instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, a que se refere o art. 15 da Lei 9.532, de 1997. No artigo 14, definiu que estas entidades estariam isentas da COFINS.

(iii) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)

A Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos define, em seu art. 2º, a não incidência do imposto para as instituições de assistência social, as educacionais, culturais e esportivas, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; desde que as entidades citadas não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a qualquer título; apliquem integralmente no País os recursos destinados à manutenção de seus objetivos institucionais e mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. A não-incidência está condicionada também a que os bens ou direitos sejam destinados ao atendimento das finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, à taxa anual média de 10% a.a. aplicado sobre o custo dos móveis e utensílios.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Em cada data de reporte, a Entidade revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou mensurados ao VJORA, a Entidade avalia se esses ativos estão com problemas de recuperação, que seria quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

g. Investimentos em ativo financeiro mensurado ao valor justo

A Entidade possui participação em instrumentos patrimoniais (cotas do capital social) do Sicoob Credicom, cujo investimento é tratado como ativo financeiro avaliado ao valor justo por meio do resultado no balanço da Entidade. De acordo com as práticas contábeis adotadas do Brasil, esse investimento não pode ser avaliado pela equivalência patrimonial.

A Entidade reconhece na demonstração do resultado do período, como receita ou despesa, qualquer diferença entre (i) o valor justo de qualquer interesse remanescente e qualquer contraprestação advinda da alienação de parte do interesse no investimento; e (ii) o valor contábil líquido de todo o investimento na data em que houve (se aplicável) a descontinuidade do uso do método da equivalência patrimonial.

h. Recursos de projetos

Os contratos de convênios de parceria sem cláusula de remuneração são contabilizados na conta bancária contra uma conta do passivo. Quando os recursos são aplicados, estes são contabilizados a débito de uma conta retificadora neste mesmo passivo, contra a saída do recurso na conta bancária. Os valores permanecem em aberto até o final do projeto, devendo o eventual valor residual ser devolvido ao Patrocinador do projeto, ou o saldo será utilizado para compor o orçamento do ano seguinte junto ao novo aporte.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Entidade avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

A Entidade reconhece os caixa e equivalentes de caixa na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Entidade em 31 de dezembro de 2019 são classificados como Custo amortizado e Valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Entidade para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por impairment a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. São classificados nessa categoria as aplicações financeiras e os investimentos.

Perda esperada

A Entidade calcula a perda esperada no caixa e equivalentes de caixa com base nos últimos 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. A Entidade considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2019 não foi necessário ajustes de impairment com relação a perda esperada de créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. São classificados nessa categoria fornecedores e outras contas a pagar recursos de projetos

k. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Entidade aplicou inicialmente o CPC 06/IFRS 16 a partir de 1º janeiro de 2019. Uma série de novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Entidade.

(i) CPC 6 / IFRS 16 - Arrendamentos

Nele são estabelecidos os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Em 1º de janeiro de 2019 e em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não possui contratos de arrendamento, portanto tais alterações não impactaram sobre as demonstrações financeiras para o exercício 2019.

(ii) Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade e, portanto, não foram adotadas pelo Grupo.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de Caixa

	2019	2018
Caixa – fundo fixo	623	551
Bancos - conta movimento – sem restrição	35.362	144.497
	35.985	145.048

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

8 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía aplicações financeiras com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sob o percentual médio de 91.5% do CDI (97% em 2018), no montante de R\$ 1.486.504 (R\$ 1.090.299 em 2018). O saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está acrescido dos rendimentos auferidos no período, líquidos da provisão de imposto de renda sobre estes rendimentos.

As aplicações financeiras estão segregadas de caixa e equivalentes em função da estratégia da administração em mantê-las como investimento e se referem a recursos de livre movimentação. Os recursos das aplicações são mantidos para custear o Instituto bem como para execução dos projetos, de acordo com a projeção orçamentaria a ser realizada em 2020.

9 Investimento

	2019	2018
Sicoob Credicom	<u>6.091</u>	<u>4.405</u>
	<u>6.091</u>	<u>4.405</u>

- Refere-se a saldo de 1 (uma) cota da cota capital do Sicoob Credicom, cooperativa de crédito, seus resultados vinculados as operações com o cooperado são deliberada em assembleia, podendo corresponder a sobras ou perdas, que são distribuídos na proporção da relação entre as partes (cooperativa e cooperado), em conformidade com a Lei 5764/71. Nos últimos anos estes resultados correspondem a sobras, sendo utilizado para aumentar o valor nominal do capital do cooperado. A contrapartida pelo aumento do saldo (R\$ 1.696 em 2019) foi registrada como receita no resultado da Entidade.

10 Imobilizado

		2019			2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10% a.a.	<u>2.714</u>	<u>(2.082)</u>	<u>632</u>	<u>846</u>
Total		<u>2.714</u>	<u>(2.082)</u>	<u>632</u>	<u>846</u>

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado:

Movimentação de 2019:		2018	Adições	2019
Custo		2.714	-	2.714
Depreciação		<u>(1.868)</u>	<u>(214)</u>	<u>(2.082)</u>
Total		<u>846</u>	<u>(214)</u>	<u>632</u>
Movimentação de 2018:		2017	Adições	2018
Custo		2.714	-	2.714
Depreciação		<u>(1.635)</u>	<u>(233)</u>	<u>(1.868)</u>
Total		<u>1.079</u>	<u>(233)</u>	<u>846</u>

11 Fornecedores

As contas de fornecedores representam os compromissos assumidos no curto prazo e estão representadas pelas contas vinculadas a projetos e contas destinadas ao custeio da operação. O prazo médio de pagamento corresponde a 24 dias.

	2019	2018
Fornecedores vinculados a projetos	74.917	33.180
Fornecedores de custeio	<u>13.900</u>	<u>3.315</u>
	<u>88.817</u>	<u>36.495</u>

12 Obrigações sociais e trabalhistas

A conta de obrigações sociais e trabalhistas representa o saldo de provisões de férias e encargos sobre férias. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$142.140 (R\$101.379 em 2018), conforme segue.

	2019	2018
Férias e encargos s/férias	111.096	76.116
INSS a recolher	13.911	11.417
FGTS s/ Folha de Salários a recolher	5.069	4.207
PIS sobre folha de Salários a recolher	844	714
IRRF s/ folha de salários a recolher	11.066	8.925
Contribuição sindical a recolher	<u>154</u>	<u>-</u>
	<u>142.140</u>	<u>101.379</u>

13 Recursos de projetos

	2019	2018
Culturais	145.798	155.960
Sociais	104.418	123.730
Ambientais	<u>5.000</u>	<u>7.518</u>
	<u>225.216</u>	<u>287.208</u>

No exercício de 2019, o Instituto Unimed BH recebeu recursos de R\$ 915.525 (R\$ 1.022.676 em 2018), provenientes do termo aditivo do contrato de parceria com a Unimed BH e foram aplicados na execução de projetos R\$ 947.517 (R\$ 964.189 em 2018).

Demonstramos a seguir a movimentação dos recursos nos exercícios de 2019 e 2018:

	Culturais	Sociais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	129.815	93.198	5.708	228.721
Transferência entre Recursos	(34.481)	34.481	-	-
Novos Recursos recebidos	573.445	445.439	3.792	1.022.676
Recursos aplicados	(512.819)	(449.388)	(1.982)	(964.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	155.960	123.730	7.518	287.208
Transferência entre Recursos	13.646	(11.224)	(2.422)	-
Novos Recursos recebidos	443.183	472.342	-	915.525
Recursos aplicados	<u>(466.991)</u>	<u>(480.430)</u>	<u>(96)</u>	<u>(947.517)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>145.798</u>	<u>104.418</u>	<u>5.000</u>	<u>225.216</u>

O Instituto tem como responsabilidade aplicar os recursos exclusivamente nos projetos listados no contrato de parceria com a Unimed BH conforme orçamento, não podendo utilizar esses recursos para outros fins, por estarem vinculados aos projetos do parceiro fomentador.

14 Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto, no montante de R\$ 1.055.964 em 31 de dezembro de 2019 (R\$820.400 em 2018), representa o montante inicial aportado para início das atividades do Instituto, aumentado ou reduzido em função dos superávits ou déficits apurados anualmente.

A Unimed BH é a única e atual associada mantenedora que participa e contribui para a fundação e manutenção do Instituto.

15 Receitas ordinárias não-vinculadas

	2019	2018
Doações Unimed-BH	1.029.905	1.030.891
Doações não incentivadas	124.117	99.820
	<u>1.154.022</u>	<u>1.130.711</u>

16 Despesas com pessoal

	2019	2018
Remuneração pessoal	(563.341)	(513.760)
Benefícios	(125.264)	(138.239)
Encargos	(209.722)	(188.660)
	<u>(898.327)</u>	<u>(840.659)</u>

17 Despesas administrativas

	2019	2018
Marketing, publicidade e propaganda (i)	(7.599)	(51.475)
Transporte	(19.572)	(23.982)
Serviço de auditoria	(24.033)	(22.332)
Viagens e hospedagens	(1.949)	(2.178)
Material de expediente	(2.935)	(1.794)
Outros serviços prestados	(24.252)	(20.443)
Demais despesas	(6.359)	(7.577)
	<u>(86.699)</u>	<u>(129.781)</u>

- (i) Em 2019 não houve despesas com publicidade e propaganda e bem como não foram incorridas em despesas com produção de vídeo institucional, ocasionando a redução quando comparada às despesas desta natureza incorridas ao exercício de 2018.

18 Impostos, taxas e contribuições

	2019	2018
IRRF sobre aplicação financeira	(13.466)	(10.187)
Taxa de Incêndio	(287)	(260)
Taxa de localização, funcionamento e outras	<u>(116)</u>	<u>(1.350)</u>
	<u>(13.869)</u>	<u>(11.797)</u>

19 Resultado financeiro

	2019	2018
<i>Receitas Financeiras:</i>		
Juros de aplicações financeiras	<u>82.675</u>	<u>60.779</u>
Total de receitas financeiras	<u>82.675</u>	<u>60.779</u>
<i>Despesas Financeiras:</i>		
Juros e multa moratórios	(989)	(4.449)
Despesas bancárias	<u>(2.751)</u>	<u>(3.789)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(3.740)</u>	<u>(8.238)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>78.935</u>	<u>52.541</u>

20 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- **Custo amortizado:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Valor justo por meio do resultado:** encontram-se nessa categoria aplicações financeiras e investimentos. O principal é definido como valor justo no reconhecimento inicial e o resultado líquido é reconhecido no resultado.
- **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os fornecedores e outras contas a pagar e recursos de projetos em execução. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade, bem como pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. A Gestão reporta-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. A Entidade, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

As disponibilidades são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* AAA, em escala nacional com base na agência de *rating* (Standard & Poor’s) remunerados através de fundos referenciado DI com remuneração média de 97% do CDI, correspondente a 5,97% (6,41% em 2018).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	7	35.985	145.048
Aplicações financeiras	8	<u>1.486.504</u>	<u>1.090.299</u>
		<u>1.522.489</u>	<u>1.235.347</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Entidade, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade, a Entidade não possui operações de derivativos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Entidade procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a aplicações financeiras.

(i) ***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada***

Uma alteração nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera o rendimento das aplicações financeiras atreladas ao CDI, considerando aumento de 25% e 50% nesse rendimento.

	31/12/2019	Cenário I Possível (25%)	Cenário II Possível (50%)
Rendimento de aplicações financeiras atreladas ao CDI	<u>82.675</u>	<u>103.344</u>	<u>124.013</u>
Efeito da variação no patrimônio líquido e no resultado	<u>-</u>	<u>(20.669)</u>	<u>(41.338)</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade.

b. Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data da mensuração;
- **Nível 2** – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos e passivos similares em mercados ativos; e
- **Nível 3** – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Os instrumentos financeiros da Entidade por categoria podem ser assim resumidos:

31/12/2019			
	Custo amortizado	Valor justo pelo resultado	Hierarquia
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	35.985	-	
Aplicações financeiras	-	1.486.504	Nível 2
Investimentos	-	6.091	Nível 2
Passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar	88.817	-	
Recursos de projetos	255.216	-	
	380.018	1.92.595	
31/12/2018			
	Custo amortizado	Valor justo pelo resultado	Hierarquia
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	145.048	-	
Aplicações financeiras	-	1.090.299	Nível 2
Investimentos	-	4.405	Nível 2
Passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar	36.495	-	
Recursos de projetos	287.208	-	
	468.751	1.094.704	

Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

21 Partes relacionadas

Considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. Divulgação sobre partes relacionadas, que considera, principalmente, influência significativa, membros do pessoal-chave da administração, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, o instituto considera como parte relacionadas apenas a UnimedBH, sendo a única e atual associado mantenedor que participou e contribui para a fundação e manutenção do Instituto.

Inexiste saldo de remuneração dos dirigentes em função de vedação estatutária devendo os recursos excedentes das transações do Instituto terem aplicação integral na consecução dos seus objetivos sociais.

As transações realizadas pelo Instituto com partes relacionadas estão representadas principalmente por sua associada mantenedora que compreendem:

- Receitas de doações, nota explicativa nº 15
- Patrimônio social, nota explicativa nº 14
- Recursos de projetos, nota explicativa nº 13

22 Eventos subsequentes

Em Março de 2020, a economia brasileira foi impactada pelos efeitos da pandemia COVID-19. Em função disso, os projetos culturais, sociais e ambientais foram paralisados durante o período de confinamento da população e serão retomados assim que a situação se normalizar. A Administração da Entidade não espera impactos financeiros e econômicos em função da pandemia, uma vez que tem a expectativa de concluir todos os projetos ainda dentro do ano de 2020.

* * *

Dr.Samuel Flam
Diretor Presidente

Dr. Maria das Mercês Quintão Fróes
Diretor Institucional

Dr.Eudes Arantes Magalhães
Diretor Administrativo

Dr. Múcio Pereira Diniz
Diretor Financeiro

Dr. José Augusto Ferreira
Diretor de Planejamento e Projetos

Edson Dimas Frainz
Contador
CRCMG 60984/O-2